



MINISTÉRIO DA FAZENDA

OFÍCIO SEI Nº 77009/2024/MF

Brasília, 02 de Janeiro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação.

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 400, de 25.11.2024, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 4149/2024, de autoria do Deputado Cabo Gilberto Silva, que solicita “informação ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, sobre estatísticas do Tesouro Nacional, corrigidos pela inflação, no qual mostram elevação de R\$ 101,4 bilhões nos gastos do governo do Presidente Lula, de janeiro a setembro de 2024”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do Parlamentar, o Despacho 47157304, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

DARIO CARNEVALLI DURIGAN

Ministro de Estado da Fazenda Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Dario Carnevalli Durigan, Ministro(a) de Estado Substituto(a)**, em 02/01/2025, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **47236478** e o código CRC **27DB35BC**.



DESPACHO

Processo nº 19995.009319/2024-59

À COLEG/STN,

1. Refiro-me ao Despacho STN-COLEG [6772048], o qual encaminhou a esta coordenação-geral o Requerimento de Informação da Câmara - RIC nº 4.149/2024 [6735191], de autoria do Sr. Gilberto Silva - PL/PB, aprovado pela Mesa Diretora, o qual solicita informações "sobre estatísticas do Tesouro Nacional, corrigidos pela inflação, no qual mostram elevação de R\$ 101,4 bilhões nos gastos do governo do Presidente Lula, de janeiro a setembro de 2024", conforme perguntas elencadas abaixo:

- a) *Por que as contas do Governo seguem com déficit fiscal acima das expectativas do relatório "Prisma Fiscal"?*
- b) *Por que no acumulado do ano, de janeiro a setembro, o rombo chegou a R\$ 105,2 bilhões?*
- c) *Quais são os principais projetos de corte de gastos a serem implantados no âmbito do Governo Federal, para combater o rombo nas contas da União e reequilibrar receitas e despesas?*

2. Diante do exposto, após análise das questões encaminhadas, disponibilizamos em anexo [47119060] contribuições para a elaboração de resposta às questões que envolvem informações sob o domínio e a competência regimental desta unidade.

Brasília, 17 de dezembro de 2024.

Documento assinado eletronicamente

PEDRO IVO FERREIRA DE SOUZA JUNIOR

Coordenador-Geral da CESEF/STN



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior, Coordenador(a)-Geral**, em 17/12/2024, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **47118364** e o código CRC **869A3478**.



DESPACHO

Processo nº 19995.009319/2024-59

À ASPAR- DIALEG,

Trata-se do **Requerimento de Informação da Câmara - RIC nº 4149/2024 (46735191)**, aprovado pela Mesa Diretora, o qual solicita informações "*sobre estatísticas do Tesouro Nacional, corrigidos pela inflação, no qual mostram elevação de R\$ 101,4 bilhões nos gastos do governo do Presidente Lula, de janeiro a setembro de 2024*". A esse respeito, encaminho o Despacho MF-STN-SUPEF-CESEF (47118364), acompanhado da Documento (47119060), contendo as respostas à solicitações do RIC, conforme indicado abaixo:

a) Por que as contas do Governo seguem com déficit fiscal acima das expectativas do relatório "Prisma Fiscal"?

O Prisma Fiscal é um relatório mensal produzido pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, que consolida as expectativas de mercado para os principais indicadores fiscais do país. Esse documento reúne projeções de diversas variáveis, como resultado primário, receitas, despesas do governo federal, dívida bruta e arrecadação, servindo como um importante balizador das expectativas de mercado.

Por se tratar de um instrumento essencialmente preditivo, o Prisma Fiscal é inerentemente sensível a incertezas e variações do cenário econômico. Suas projeções, elaboradas a partir de diferentes agentes do mercado, podem ser afetadas por fatores conjunturais, mudanças na política econômica, choques externos, instabilidades políticas ou crises internacionais. Além disso, é importante ressaltar que as estimativas apresentadas pelo relatório não representam metas ou compromissos do governo, mas apenas o "termômetro" das percepções do mercado em um determinado momento. Assim, divergências entre as previsões do Prisma Fiscal e os resultados efetivamente realizados são naturais, dado o caráter dinâmico do ambiente econômico.

Por outro lado, para o devido acompanhamento do planejamento e da execução orçamentária do governo federal, o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias é o documento mais adequado. Elaborado em conformidade com o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), esse documento apresenta não apenas os resultados realizados no período, mas também projeções atualizadas e justificativas para eventuais revisões. Além disso, no Relatório Bimestral constam análises da programação orçamentária e financeira, considerando as receitas e despesas primárias, bem como as medidas necessárias ao cumprimento das metas fiscais definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Diferentemente do Prisma Fiscal, que reflete apenas expectativas do mercado, o Relatório Bimestral traz o ponto de vista do próprio governo sobre a execução orçamentária, oferecendo um panorama mais detalhado das justificativas por trás de eventuais desvios em relação às estimativas iniciais. Além disso, o documento permite ao governo ajustar, quando necessário, a política fiscal ao longo do exercício, de modo a atender à Lei de Diretrizes Orçamentárias e corrigir desequilíbrios, contribuindo, assim, para uma gestão fiscal mais eficiente e transparente.

b) Por que no acumulado do ano, de janeiro a setembro, o rombo chegou a R\$ 105,2 bilhões?

No acumulado de janeiro a setembro de 2024, o Governo Central registrou um déficit de R\$

105,2 bilhões, acima do déficit de R\$ 94,3 bilhões observado no mesmo período de 2023. Esse incremento reflete tanto o aumento das despesas quanto o crescimento das receitas, embora as últimas não tenham sido suficientes para evitar a ampliação do saldo negativo.

Em termos reais, a receita líquida cresceu R\$ 94,2 bilhões (+6,4%) na comparação entre os nove primeiros meses de 2024 e o mesmo intervalo de 2023, resultado que está relacionado à expansão da arrecadação em alguns tributos, bem como a outros fatores conjunturais, como o aquecimento da atividade econômica e a melhora no nível de emprego e renda. Por outro lado, a despesa total aumentou R\$ 101,4 bilhões (+6,5%) no mesmo período, decorrente, entre outros motivos, de gastos obrigatórios e de políticas públicas em execução. Esses dados demonstram que, apesar da elevação das receitas, o crescimento das despesas tem se mostrado ligeiramente superior, pressionando o resultado fiscal.

A desagregação detalhada da composição dessas receitas e despesas – incluindo quais tributos tiveram melhor desempenho arrecadatário, quais despesas aumentaram e os motivos subjacentes a esses movimentos – está disponível nos relatórios do Tesouro Nacional, disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/>. No Boletim do Tesouro Nacional são apresentadas tabelas e análises que permitem compreender quais fatores específicos contribuíram para o resultado observado no período.

Importante mencionar que o Relatório Bimestral referente ao 5º bimestre – divulgado em 22/11/2024 – contemplou o resultado primário atualizado e outras informações relevantes disponíveis até aquele momento. Com base nessas informações, o relatório avaliou o cenário para 2024 e as condições para o cumprimento dos dispositivos legais que regem a política fiscal do exercício.

c) Quais são os principais projetos de corte de gastos a serem implantados no âmbito do Governo Federal, para combater o rombo nas contas da União e reequilibrar receitas e despesas?

Para combater o desequilíbrio entre receitas e despesas, o Governo Federal apresentou um conjunto de iniciativas que reforçam o arcabouço fiscal e buscam reduzir a pressão sobre as contas públicas. Essas medidas incluem cortes seletivos de gastos, otimização de despesas e melhorias na eficiência da gestão de recursos.

Mais detalhes sobre essas ações, estimativas de impacto fiscal e o cronograma de implementação podem ser consultados no portal do Ministério da Fazenda. Para mais informações, acesse:

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/governo-federal-apresenta-medidas-para-fortalecer-arcabouco-fiscal-e-garantir-crescimento-sustentavel>

Brasília, na data da assinatura.

Documento assinado eletronicamente

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA

Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Ceron de Oliveira, Secretário(a)**, em 23/12/2024, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **47157304** e o código CRC **129F95DF**.

